

VILLEROY, Ximeno de

*militar; rev. 1922; rev. 1924.

Augusto Ximeno de Villeroy, na época primeiro-tenente, participou das articulações do movimento que proclamou a República no dia 15 de novembro de 1889. No dia 9 desse mês esteve presente à reunião do Clube Militar em que foi decidida a queda da monarquia. Na ocasião fez um discurso pedindo apoio irrestrito ao tenente-coronel Benjamim Constant, um dos líderes do movimento republicano. No dia 12 seguinte assinou um documento, juntamente com diversos outros oficiais, conclamando o povo à luta, “pela pátria e pelo Exército, ameaçados de destruição pelos governos criminosos que se colocam fora da lei”, e em defesa dos líderes republicanos.

Em 1921, já como general, teve participação no episódio das “cartas falsas”, documentos ofensivos ao Exército publicados no *Correio da Manhã* em outubro e cuja autoria foi atribuída a Artur Bernardes, candidato à presidência da República, com a finalidade de incompatibilizá-lo com as forças armadas. Na ocasião, foi incumbido por Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, de representá-lo como perito na comissão do Clube Militar organizada para analisar a veracidade da autoria das cartas. Em seu depoimento, atestou a autenticidade da assinatura de Bernardes nas cartas, concluindo seu relatório com uma invocação jacobina: “Republicanos! Até quando sofreremos a ignomínia e a abjeção? Uni-vos que é chegada a hora de fazermos justiça implacável! Discípulos de Benjamim Constant! Soldados de Floriano e Deodoro, que vos importam os insultos de um politiqueiro de baixa estofa?”

Em dezembro de 1921, a comissão concluiu pela veracidade das cartas. Sindicância posterior, contudo, demonstrou tratar-se de textos forjados. De toda forma, sua publicação acirrou a oposição dos militares a Artur Bernardes, que não obstante foi eleito em março de 1922. Nesse mesmo ano, Ximeno de Villeroy participou de uma articulação no Rio Grande do Sul contra Bernardes. Em Uruguaiana (RS), reuniu-se com o intendente da cidade, José Antônio Flores da Cunha, a fim de conseguir seu apoio, não tendo tido, entretanto, sucesso nessa empresa. Poucos dias depois foi deflagrada a Revolta de 5 de Julho de 1922, em protesto contra a eleição de Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo Eptácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e prisão do

marechal Hermes da Fonseca. O movimento, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, foi debelado no mesmo dia, tendo envolvido, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e os efetivos da Vila Militar e, em Mato Grosso, o contingente do Exército local. Ximeno de Villeroy foi considerado pelos legalistas um dos principais chefes do movimento e pouco depois foi reformado.

Ximeno de Villeroy foi um dos articuladores da Revolta de Julho de 1924, conhecida como o Segundo 5 de Julho. Este novo levante irrompeu em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo, onde a capital chegou a ser tomada por três semanas, após o que foi abandonada pelos revoltosos, liderados por Isidoro Dias Lopes. Tendo-se deslocado para o interior do país, muitos dos participantes desse levante se juntaram ao contingente revolucionário que sublevaria em outubro de 1924 unidades militares do Rio Grande do Sul, constituindo assim a Coluna Prestes. Segundo o chefe de polícia do Rio de Janeiro, então Distrito Federal general Manuel Carneiro de Fontoura, em carta ao general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, o general Ximeno de Villeroy teria seguido, já em março de 1924, para aquele estado, visando assumir o comando das forças revoltosas. Ximeno de Villeroy foi punido por sua participação neste levante.

Após desiludir-se com os resultados da Revolução de 1930, escreveu uma carta a Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, datada de fevereiro de 1933, clamando pela necessidade de uma nova revolução. Nessa carta criticou a subcomissão do Itamarati encarregada de projeto da nova Constituição, que, segundo ele, havia mantido a preponderância do “peso morto do Jeca analfabeto” na constituição do Congresso e instituíra o princípio da eleição presidencial indireta, da qual resultaria, a seu ver, a conservação do monopólio de Minas e São Paulo. Manifestou-se ainda pela “dissolução violenta do Congresso, sob pena de intolerável retrogradação”, e afirmou que continuaria a articular o que considerava ser o objetivo necessário: o “esmagamento definitivo do perrepsismo”.

FONTES: ARQ. OSVALDO ARANHA; SILVA, H. 1889; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1924.